

# EXCEÇÕES

## RECOLHIMENTO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO



### Remuneração e Pagamento no eSocial

A informação declarada como folha de pagamento no eSocial servirá de base para os cálculos da Contribuição Previdenciária, FGTS, IRRF e contribuições de outras entidades e fundos que deve ser informada em um só evento, o S-1200 – Remuneração do Trabalhador vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.

As agroindústrias devem informar para fins de recolhimento o FPAS 507 para o setor Industrial e de Abate e FPAS 787 para o setor Rural:

Recolhimento sobre Folha de Pagamento		
	FPAS 507 - setores Industrial e Abate	FPAS 787 - setor Rural
Previdência Social	Segurados	8, 9 ou 11%
	Empresa	20%
	GILRAT	1, 2 OU 3%
Outras Entidades	Sal. Educação	2,5%
	Inbra	0,2%
	Senai	1,0%
	Sesi	1,5%
	Sebrae	0,6%
	Senar	-
	<b>Total</b>	<b>5,8%</b>
		<b>5,2%</b>

<b>ACRE</b> (68) 3224-1797	<b>PARAÍBA</b> (83) 3048-6050
<b>ALAGOAS</b> (82) 3217-9800	<b>PARANÁ</b> (41) 2106-0401
<b>AMAPÁ</b> (96) 3242-1049	<b>PERNAMBUCO</b> (81) 3312-8966
<b>AMAZONAS</b> (92) 3198-8413	<b>PIAUÍ</b> (86) 3221-6666
<b>BAHIA</b> (71) 3415-3100	<b>RIO DE JANEIRO</b> (21) 3380-9500
<b>CEARÁ</b> (85) 3535-8000	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b> (84) 3342-0200
<b>DISTRITO FEDERAL</b> (61) 3047-5406	<b>RIO GRANDE DO SUL</b> (51) 3215-7500
<b>ESPÍRITO SANTO</b> (27) 3185-9202	<b>RONDÔNIA</b> (69) 3224-1399
<b>GOIÁS</b> (62) 3412-2700	<b>RORAIMA</b> (95) 3224-7024
<b>MARANHÃO</b> (98) 3232-4452	<b>SANTA CATARINA</b> (48) 3331-9700
<b>MATO GROSSO</b> (65) 3928-4803	<b>SÃO PAULO</b> (11) 3125-1333
<b>MATO GROSSO DO SUL</b> (67) 3320-9700	<b>SERGIPE</b> (79) 3214-3264
<b>MINAS GERAIS</b> (31) 3074-3071	<b>TOCANTINS</b> (63) 3219-9200
<b>PARÁ</b> (91) 4008-5300	



SENAF - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SGAN Quadra 601, Módulo K  
Edifício Antônio Ernesto de Salvo  
Brasília - DF | CEP: 70830-021 | Fone: (61) 2109-1300

## **Quem são as agroindústrias que recolhem sobre a folha de pagamento?**

São as pessoas jurídicas que desenvolvem as atividades de produção rural e de industrialização da produção rural própria ou da produção rural própria e da adquirida de terceiros, cujas atividades econômicas são relacionadas com avicultura, carcinicultura, piscicultura e suinocultura, florestamento e reflorestamento.



## **Qual a base de cálculo da contribuição?**

A base de cálculo da contribuição das Agroindústrias da Piscicultura, Carcinicultura, Suinocultura e Avicultura, incide sobre a folha de pagamento dos segurados empregados, trabalhadores avulsos e dos contribuintes individuais a seu serviço.

- A Agroindústria de Florestamento e Reflorestamento somente contribuirá sobre a folha de pagamento nas seguintes condições:

Relativamente à atividade rural, se a empresa dedicasse apenas ao florestamento e reflorestamento, como fonte de matéria-prima para a industrialização própria e utiliza processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica e, se efetuando venda de resíduos, isto representar menos de 1% da receita bruta.

### **Nota:**

A redução de alíquota da contribuição previdenciária sobre a comercialização da produção rural e a opção de recolhimento sobre a folha de salários para todo o ano-calendário não é aplicada à agroindústria

### **Situação "Sem Movimento"**

A situação "Sem Movimento" só ocorrerá quando não houver informação a ser enviada. Neste caso, o contribuinte enviará o evento no eSocial S-1299 - Fechamento dos Eventos Periódicos, e na EFD-Reinf no evento R-2099 – Fechamento dos Eventos Periódicos, como sem movimento na primeira competência do ano em que esta situação ocorrer. Caso a situação sem movimento persista nos anos seguintes, o contribuinte deverá repetir este procedimento na competência janeiro de cada ano.



### **Aquisição de Produção Rural de Pessoa Física**

A aquisição de produção rural é informada no eSocial, por meio de registro do evento S-1250 – Aquisição de Produção Rural.

As agroindústrias, inclusive optantes pelo Simples Nacional, estão obrigadas a informar quando efetuarem aquisição de produtos rurais de pessoa física – segurado especial ou contribuinte individual, independentemente de as operações terem sido realizadas diretamente com o produtor ou com intermediário pessoa física.

No caso de aquisição de produção de produtores rurais pessoa física que fizeram a opção pelo recolhimento sobre a folha de salários e que comprovaram a opção por meio da declaração de que trata o § 1º do art. 175 da IN RFB nº 971/09, a pessoa jurídica adquirente deve efetuar o recolhimento da contribuição destinada ao Senar (0,2%) devida sobre a aquisição de produção rural por meio de GPS avulsa, no código 2615, gerada no SAL disponível no sítio da RFB, no endereço <http://receita.economia.gov.br>.

Observar IN 971/2009, anexo IV e ADE CODAC nº1/2019

### **Data de envio das informações e do pagamento**

O envio das informações e o recolhimento da guia do FGTS devem ser efetuados até o dia 7; das demais contribuições, o envio será até o dia 15 e o recolhimento será até o dia 20 do mês seguinte, antecipando para o dia útil imediatamente anterior quando não houver expediente bancário.

### **Notas**

- 1) Na parceria de produção integrada, o fato gerador, a base de cálculo das contribuições devidas e as alíquotas serão determinadas em função da categoria de cada parceiro perante o RGPS, no momento da destinação dos respectivos quinhões (parte destinada a cada parceiro, de acordo com o contrato). A alíquota da contribuição previdenciária e do Senar na parceria integrada será devida pelo parceiro produtor outorgado, seja ele pessoa física ou jurídica.
- 2) As informações devidas pela agroindústria, cujos fatos geradores foram anteriores à implantação do eSocial, continuarão sendo declaradas em GFIP/SEFIP.

### **Outras obrigações e contribuições à previdência:**

- a) reter e recolher as contribuições devidas por seus empregados de acordo com as faixas salariais;
- b) reter e recolher 11% sobre a contratação de contribuintes individuais (autônomos) e ou/ do pró-labore pago aos sócios;
- c) recolher 20% sobre a remuneração de contribuintes individuais (autônomos, diretores e gerentes não empregados e de sócios com retirada de pró-labore);
- d) reter e recolher 11% sobre a nota fiscal/fatura quando da contratação de empresa de mão de obra (art. 31, Lei 8.212/91). Este percentual será acrescido de 4, 3 ou 2 pontos percentuais, a cargo da empresa contratante, cuja atividade permita a concessão de aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição.